

Júri, nas sessões do mês de maio é a seguinte, ficando, contudo, sujeita a modificações posteriores em virtude de outros feitos que fiquem concluídos para o julgamento:

DATA: 27/05/2022, às 08:00horas

DADOS DO PROCESSO: Processo n. 1000886-58.2021.8.11.0100

RÉU: Leonardo Sales da Costa

Eu, (assinado digitalmente) Rafael Eduardo Rabelo Luiz, Gestor Geral de Entrância Inicial, que o digitei.

Brasnorte - MT, TIME \@ "d" de 'MMMM' de 'yyyy" 10 de maio de 2022

(assinado digitalmente)

DAIANE MARILYN VAZ

JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI

Ata

TERMO DE SORTEIO DE JURADOS

Aos 09 de maio de 2022, nesta cidade e Comarca de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, às 14:00 horas, onde presente se encontravam a Excelentíssima Senhora Doutora Daiane Marilyn Vaz, Juíza de Direito e Presidente do Egrégio Tribunal Popular do Júri, Promotor de Justiça Doutor Álvaro Schiefler Fontes, que teve sua participação efetivada através de videoconferência, e a nobre advogada, Doutora Cristianne Maria Kunst Talaska OAB 7987, respeitando as medidas de distanciamento mínimo e uso de máscaras. Estando em sala com portas abertas, foi feito o sorteio dos 25 (vinte e cinco) jurados e 08 (oito) suplentes, para compor as sessões ordinárias do Tribunal Popular do Júri desta Comarca para a sessão designada para o mês de maio do corrente ano; assim, da lista geral publicada pela Imprensa Oficial foram sorteados os seguintes cidadãos, conforme relação a seguir:

JURADOS:

1. Edmilson dos Santos
2. Ana Salete Nartins Marcelo
3. Manoel Antonio Garcia
4. Maria Ivanilda de Souza Dallazem
5. Irani Aparecida da Silva
6. Iraci Nascimento da Silva
7. Nubia Meridian Barros Coelho
8. Rosania da Silva
9. Gustavo Haffemann da Silva
10. Roseni Ramos
11. Sueli do Nascimento
12. Marcia Aparecida Borges do Amaral
13. Ernani Krein
14. Damiana de Almeida Silva
15. Margarete Weirich Kerber
16. Maria Terezinha Anatalia de Jesus
17. Gilvaldo Rodrigues Caja
18. Giselly da Silva Chaves
19. Gustavo Altino
20. Severina Neta da Silva
21. Angela Maria Teodoro Venitelli
22. Jandira Antonia Kosvoski Rocha
23. Maria Francioni Carneiro Moraes
24. Tatiane Vhagas Passamani Silva
25. Neide Helana Martins Tavares Alves

SUPLENTES:

1. Andressa Caetano Baragão
2. Lindomar dos Santos Miranda
3. Teresinha Parcianelli Balsan
4. Adilon Jhemerson Bernardes da Silva
5. Joelma Mendes Seabra
6. Maria Lucia da Silva
7. Claudia Marines Mertens Poletto
8. Debora da Cunha Brazão

Terminado o sorteio pela MM. Juíza Presidente foram lacradas em uma urna as cédulas sorteadas. A seguir, foi determinado pela MM. Juíza Presidente a intimação dos jurados sorteados para a sessão do júri designada. O não comparecimento dos jurados intimados implicará nas sanções legais. Da mesma forma, foi determinado que se fixasse cópia do Edital no Átrio do Fórum, e que fosse procedida à publicação no Diário Oficial de Justiça do Estado de Mato Grosso. Remeta-se cópia desta a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça deste Estado, via e-mail eletrônico, para os fins legais. Nada mais havendo, determinou a MM. Juíza Presidente encerrar a presente, que foi disponibilizada para leitura pelos presentes, mediante sistema de videoconferência, as quais não apresentaram objeções, dispensando-se suas assinaturas.

Daiane Marilyn Vaz

Juíza de Direito e Presidente do Tribunal Popular do Júri

Comarca de Cotriguaçu

Portaria

PORTARIA N.º 13/2022/COT

A Doutora Erika Cristina Camilo Camin, MM. Juíza Substituta e Diretora do Foro da Comarca de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o servidor Ezequiel Serafim da Paixão Mazetto, matrícula 31022, Gestor Judiciário do Fórum desta Comarca, estará usufruindo compensatórias no período de 19/05/2022 a 20/05/2022.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR o servidor Walteyr Rodrigues Barbosa, matrícula 40395, para exercer o cargo de Gestor Judiciário em substituição legal durante o período de 19/05/2022 a 20/05/2022.

Cumpra-se, remetendo-se cópia à Egrégia Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Cotriguaçu/MT, 10 de maio de 2022.

Erika Cristina Camilo Camin

Juíza substituta e Diretora do Foro

Edital

EDITAL N. 03/2022/DF

A Excelentíssima Senhora Dr.ª Erika Cristina Camilo Camin, Juíza Substituta e Diretora do Foro da Comarca de Cotriguaçu/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Provimento nº 61/2020/CM, disponibilizado no Diário da Justiça

Eletrônico – MT n. 10.878, de 15.12.2020, TORNA PÚBLICO, para ciência dos interessados,

a abertura de processo seletivo com a finalidade de credenciar Pessoas Físicas na área de Assistente Social e Psicólogo(a) cujo procedimento obedecerá às regras estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Constitui objeto do presente certame, o credenciamento de profissionais para atuar na área de Assistência Social e Psicologia na Comarca de Cotriguaçu/MT, na forma contratação imediata para o cargo de Assistente Social e de cadastro de reserva para Psicólogo.

1.2. O processo seletivo será regido por este edital e seus anexos, sob a coordenação, operacionalização e acompanhamento da Comissão de Apoio ao Processo Seletivo, instituída por meio da Portaria n.º 29/2021-DF, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

Juliana Luiza Hampenthal Berwanger - Gestora Geral;
Elaine Castanha Bonavigo – Gestora Administrativa III;
Carlos Roberto Bertuncini – Técnico Judiciário;

2. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO:

2.1. O Processo Seletivo será composto pelas seguintes fases:

- a) divulgação do edital;
- b) inscrição dos interessados, com a inserção dos documentos nos termos dos itens 5.1 e 5.2;
- c) análise da documentação e do currículo;
- d) divulgação dos interessados habilitados.

3. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A inscrição deverá ser realizada no período de 16 a 21/05/2022, exclusivamente por meio do endereço eletrônico cotriguacu@tjmt.jus.br, nos termos do artigo 4º do Provimento n.

61/2020/CM, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.1.1. Não serão aceitas outras formas de inscrições.

3.1.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.1.3. Será admitida somente uma inscrição por candidato.

3.1.4. Será analisado pela Comissão somente o primeiro requerimento de inscrição apresentado, não sendo consideradas outras inscrições ou documentos apresentados posteriormente.

3.2. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Apoio ao Processo Seletivo para credenciamento de

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

profissionais, o direito de excluí-lo do processo seletivo por preenchimento incorreto (RG, CPF,

data de nascimento), bem como em virtude da ausência de veracidade dos dados informados, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

3.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados, convocações e/ou qualquer divulgação referente a este processo seletivo, no Diário de Justiça Eletrônico.

4. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

4.1. São requisitos para o credenciamento de Assistentes Sociais, Psicólogos, Enfermeiros e

Médicos de que trata o Provimento n. 61/2020/CM:

I. Ter sido selecionado no Processo Seletivo;

II. Ser maior de vinte e um (21) anos;

III. Não possuir antecedentes criminais;

IV. Não exercer cargo público inacumulável;

V. Não ter credenciamento anterior com o Poder Judiciário Estadual, ou estar descredenciado há, no mínimo, 01 (um) ano;

VI. Ser bacharel em Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e Medicina, devidamente

reconhecido pelo Ministério da Educação e com registro no Conselho Regional na respectiva área

profissional, devendo apresentar certificado de curso específico/formação/especialização caso a vaga exija;

4.1.2. Dos requisitos específicos para o credenciamento

I. Ser bacharel em Serviço Social e/ou Psicologia, devidamente reconhecidos pelo

Ministério da Educação, e com registro no Conselho Regional na respectiva área profissional;

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. O requerimento (Anexo I), a ser protocolado virtualmente, conforme disposto no item 3

deste edital, deverá estar instruído com as seguintes peças:

a). ficha cadastral - Anexo II;

b). declaração acerca da veracidade das informações prestadas e de pleno conhecimento e

concordância com os termos deste edital, sob as penas da lei - Anexo III;

c). declaração de relação de parentesco – Anexo IV;

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

d). documentação indicada no subitem 5.2.

5.2. Com o requerimento, o interessado deverá anexar o currículo e a documentação relacionada

a seguir em formato PDF, em alta resolução e em versão colorida, juntamente com o

requerimento de inscrição (item 5.1):

I - cópia da Carteira de Identidade;

II - cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III - cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, categoria B ou superior;

IV - certidões negativas criminais expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, primeiro e segundo grau de jurisdição;

V - cópia do diploma de curso superior;

VI - cópia dos títulos e documentos exigidos no subitem 4.1 em relação a cada área profissional;

VII - certidão negativa expedida pelo Conselho Regional correspondente à profissão do candidato;

VIII - atestado de sanidade física e mental;

IX - duas fotos 3x4 recentes, digitalizadas;

X – Declaração acerca de existência de outras ocupações (empregos, cargos públicos, etc), e carga horária do respectivo vínculo.

5.2.1. O Presidente da comissão do processo seletivo poderá determinar ao candidato a

apresentação dos documentos originais à comissão para conferência.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1. O processo de seleção dos candidatos inscritos será realizado por meio de análise de

currículo, efetuado pela Diretoria do Fórum da Comarca de Cotriguaçu/MT, sendo a nota

composta da seguinte forma:

6.1.1. Ao tempo de serviço público e experiência profissional, na área específica de

credenciamento após a graduação, os pontos atribuídos serão contados da seguinte forma:

a) O tempo de serviço público tem o valor de 1 (um) ponto a cada ano de exercício, não podendo exceder o total de 2 (dois) pontos.

b) O tempo de experiência profissional tem o valor de 0,5 (meio) ponto a cada ano de

exercício, não podendo exceder o total de 3 (três) pontos.

c) O tempo de experiência profissional do Médico Especialista em Ginecologia e/ou

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Infectologista no atendimento de pacientes portadores de Doenças Sexualmente

Transmissíveis da AIDS tem valor de 1 (um) ponto a cada ano de exercício, uma única

vez.

d) O tempo de experiência do profissional do Enfermeiro comprovada no atendimento de

vítimas de violência e/ou atendimento de portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis da AIDS tem valor de 1 (um) ponto a cada ano de exercício, uma única

vez.

a) O tempo de experiência do profissional do Enfermeiro comprovada no trabalho de

Controle de Infecção Hospitalar tem valor de 1 (um) ponto a cada ano de exercício, uma

única vez.

6.1.1.2. O tempo de serviço público excedente, não utilizado no subitem 6.1.1 letra "a", poderá

ser aproveitado sob as regras do subitem 6.1.1 letra "b".

6.1.1.3. A pontuação a título de serviço público e experiência profissional não pode exceder aos

5 (cinco) pontos previstos.

6.1.2. À formação acadêmica serão atribuídos 5 (cinco) pontos, excluído o título de graduação

requerido para o credenciamento, contados da forma seguinte:

a) Ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, são atribuídos 3 (três) pontos;

b) Ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 2 (dois) ponto;

c) Ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, são atribuídos 1 (um) pontos;

d) Ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 0,75 (setenta e cinco centésimos) ponto;

e) Ao título de especialização, do profissional Enfermeiro, na forma da legislação educacional em vigor, em Saúde da Mulher ou afins, é atribuído 0,5 (meio) ponto, uma

única vez;

f) Ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, na área específica de credenciamento, é atribuído 0,5 (meio) ponto;

g) Ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto;

h) À participação em congressos, seminários e cursos de extensão, na área de atendimento à

pacientes portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS, é atribuído

0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto, uma única vez.

i) À participação em congressos, seminários e cursos de extensão, na área específica de

credenciamento, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto, uma única vez.

6.1.3. A pontuação a título de formação acadêmica não pode exceder aos 5 (cinco) pontos

previstos.

6.1.4. É ônus do candidato a produção de prova documental idônea de cada título, não se

admitindo a concessão de dilação de prazo para esse fim, devendo o profissional, no momento

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

oportuno, anexar certificados, certidões e ou declarações devidamente assinadas pelas entidades

ou órgãos a que esteve vinculado ou que cumpriu o curso de extensão, graduação, entre outros.

6.1.5. Somente serão apreciados os títulos entregues no prazo e forma estabelecidos neste edital.

6.2. Na aferição da pontuação dos candidatos Assistentes Sociais e Psicólogos, não poderá ultrapassar o total de 10 (dez) pontos, consoante subitem 6.1.1., letras “a” e “b”, e 6.1.3, na ocorrência de empate na pontuação de candidatos, será priorizado aquele que tiver:

- a) maior idade, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003;
- b) maior tempo de exercício na função de jurado, conforme dispõe o art. 440, do

Decreto-Lei 3.689/41, Código de Processo Penal;

- c) maior nota referente ao tempo de experiência profissional, conforme dispõe o subitem

6.1.1.;

- d) maior nota referente à formação acadêmica, conforme dispõe o subitem

6.1.2 deste

Edital.

6.3. Os Interessados deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital, das condições

gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como

elemento impeditivo do seu adimplemento, não sendo aceitas reivindicações posteriores nesse sentido.

6.4. Serão considerados habilitados ao credenciamento os candidatos que atenderem as

exigências deste edital e do Provimento n. 61/2020/CM.

7. DO RECURSO

7.1. Serão admitidos recursos, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação do resultado

final do processo seletivo no Diário da Justiça Eletrônico – MT.

7.2. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser interpostos somente por meio do

endereço eletrônico: cotriguacu@tjmt.jus.br conforme prazo estabelecido no subitem 7.1.

7.3. Os recursos serão analisados e decididos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os habilitados serão credenciados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, nos termos do

Provimento n. 61/2020/CM.

8.2. O prazo de validade do Processo Seletivo de que trata este edital terá validade de 02 (dois)

anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, que se dará automaticamente,

contado o prazo da data da publicação da decisão de homologação.

9. DOS DEVERES DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse

<https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

9.1. São deveres dos profissionais credenciados

- a). Assegurar às partes igualdade de tratamento;
- b). Não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição;
- c). Manter rígido controle dos processos em seu poder, zelando pelo sigilo profissional, em

especial nos feitos que tramitam sob sigilo de justiça;

- d). Cumprir rigorosamente as normas estabelecidas na Consolidação das Normas Gerais da

Corregedoria-Geral da Justiça CNGC e as determinações judiciais;

- e). Cumprir com pontualidade as atividades e não se ausentar injustificadamente antes de seu

término, nem deixar de atender as emergências;

- f). Tratar com urbanidade e respeito os magistrados, partes, membros do Ministério Público,

Defensores Públicos, Advogados, Testemunhas, Servidores e Auxiliares da Justiça;

- g). Manter conduta irrepreensível na vida pública e particular;

- h). Utilizar trajes compatíveis com o decoro judiciário;

- i). Participar de treinamento e aperfeiçoamento de conhecimentos e técnicas de atendimento

eficientes às partes, promovidos pelo Poder Judiciário do estado de Mato Grosso, Conselho

Nacional de Justiça e/ou outro curso/treinamento indicado pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado

Especial ou Juiz Titular da Vara Judicial;

- j). Observar o cumprimento das normas previstas no Código de Ética Profissional de cada área

de atuação.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS CREDENCIADOS

10.1. São atribuições do profissional de Psicologia:

A) No Juizado Especial Criminal:

I. Avaliar as condições intelectuais e emocionais das partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;

II. Atuar em processos judiciais elaborando laudos e pareceres psicológicos, quando designado;

III. Participar, quando determinado, de audiência para esclarecer aspectos técnicos em

Psicologia;

IV. Auxiliar na avaliação e acompanhamento psicológico às partes e seus familiares;

V. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas

destinadas às partes e seus familiares;

VI. Realizar visitas domiciliares e/ou institucionais, quando necessária;

VII. Encaminhar e orientar as partes e seus familiares aos serviços de saúde mental oferecidos

pelos governos municipal, estadual e/ou federal, e acompanhar o tratamento até o término da

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

medida socioeducativa;

VIII. Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades

propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

IX. Atuar em pesquisas e programas de prevenção à violência e dependência química;

X. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às partes envolvidas nos autos;

XI. Desenvolver estudos e pesquisas na área, construindo ou adaptando instrumentos de

investigação psicológica;

XII. Planejar, executar e avaliar projetos que possam contribuir para a operacionalização de

atividades inerentes às atividades da profissão de psicólogo;

XIII. Realizar pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado

ao campo do direito;

XIV. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XV. Trabalharem equipe multidisciplinar;

XVI. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para

fins de controle estatístico.

B) Nas Varas Judiciais Cíveis e Criminais:

I. Avaliar as condições intelectuais e emocionais das partes envolvidas em procedimentos judiciais, quando determinado;

II. Elaborar laudo de avaliação psicológica relativo às partes envolvidas nos processos das Varas de Família e

Crime e da Diretoria Administrativa, determinados pelos Juízes e Diretor do Fórum, a fim de fornecer

subsídios ao Juiz;

III. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às

partes, recomendando a inclusão nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos

municipal, estadual e/ou federal, acompanhando o tratamento até a sua alta;

IV. Realizar acompanhamento psicológico às partes, quando solicitado pelos juízes;

V. Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em

conjunto com a equipe multidisciplinar;

VI. Aplicar testes e exames psicológicos, quando necessário;

VII. Realizar visitas domiciliares às partes, bem como nas instituições, escolas, vizinhanças, entre outros;

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VIII. Prestar informações em audiência, quando intimado;

IX. Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo,

solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos

estudos social e psicológico;

X. Realizar perícias psicológicas, quando determinadas;

XI. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XII. Prestar atendimento e orientação voltados às Varas Judiciais;
XIII. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

C) Nas Varas Especializadas da Infância e Juventude:

I. Elaborar laudo de avaliação psicológica relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência contra a criança e o adolescente, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz e às partes;

II. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendido, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e aos adolescentes;

III. Recomendar o encaminhamento e a inclusão das vítimas e dos agressores nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal e acompanhar o tratamento até sua alta;

IV. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

V. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

VI. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência;

VII. Elaborar estudos psicológicos das situações que digam respeito às crianças, aos adolescentes e às famílias, submetidos à competência das Varas Judiciais ou Juizados da Infância e da Juventude;

VIII. Realizar outras atividades correlatas à sua especialidade, por determinação de autoridade judiciária, inclusive em processos relacionados com o Direito de Família e Criminais, quando necessário;

IX. Aplicar testes e exames psicológicos, quando necessários;

X. Realizar visitas domiciliares para conhecer os aspectos psicológicos concernentes à dinâmica familiar da criança e do adolescente;

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse
<https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XI. Prestar informações em audiência, quando intimado;

XII. Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;

XIII. Colaborar na implantação dos projetos afetos à infância e adolescência;

XIV. Realizar entrevistas para avaliar candidatos à adoção, procedendo ao cadastro das pessoas aptas a adotar;

XV. Acompanhar os casos de colocação em lares substitutos;

XVI. Orientar os adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas;

XVII. Realizar, em casos específicos, testes psicológicos e/ou avaliação terapêutica;

XVIII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XIX. Desenvolver atividades de pesquisa, estudos, planejamento e execução de projetos relacionados com a área de psicologia;

XX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

D) Nas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher:

I. Elaborar parecer de avaliação psicológica relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;

II. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendida, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e adolescentes;

III. Sugerir o encaminhamento, se necessário, como medida de urgência, encaminhando a inclusão das vítimas e dos agressores nos programas oficiais de tratamento psicológico oferecidos pelos governos municipal, estadual ou federal e acompanhar o encaminhamento;

IV. Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

V. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência, e aos filhos, se necessário;

VI. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência;

VII. Realizar visitas domiciliares às partes envolvidas, seus familiares e vizinhos; e/ou institucionais (centros

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse
<https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de ressociação, penitenciária, centro de recuperação, casa de amparo/retaguarda), sempre que necessário;

VIII. Prestar informações em audiência, quando intimado;

IX. Sugerir à autoridade judicial que encaminhe expediente às autoridades do Executivo e do Legislativo, solicitando as providências necessárias para o bom andamento das atividades da referida vara, baseados nos estudos social e psicológico;

X. Realizar perícias psicológicas, quando determinadas pelo Juiz;

XI. Prestar atendimento e orientação voltados às Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar

Contra a Mulher;

XII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XIII. Participar de projetos e programas que visem a divulgação das ações preventivas da Lei n. 11.340/2006, "Maria da Penha";

XIV. Analisar, identificar, quantificar e qualificar, sempre que possível, os índices e motivos determinantes que levam à reincidência;

XV. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

E) Na Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPA:

I. Avaliar as condições intelectuais e emocionais de partes envolvidas em procedimentos

judiciais, quando determinado;

II. Atuar em processos judiciais elaborando laudos e pareceres psicológicos, quando designado;

III. Prestar informações em audiência, quando intimado;

IV. Auxiliar na avaliação e acompanhamento psicológico das partes e seus familiares;

V. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas às partes e seus familiares;

VI. Encaminhar as partes e seus familiares aos serviços de saúde mental oferecidos pelos governos municipal, estadual e/ou federal e acompanhar o tratamento até o término da medida socioeducativa;

VII. Trabalhar e assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe;

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse
<https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VIII. Realizar visitas domiciliares às partes e/ou institucionais, entre outros;

IX. Atuar em pesquisas e programas de prevenção à violência e dependência química;

X. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às partes envolvidas;

XI. Desenvolver estudos e pesquisas na área, construindo ou adaptando instrumentos de

investigação psicológica;

XII. Planejar, executar e avaliar projetos que possam contribuir para a operacionalização de

atividades inerentes à Psicologia;

XIII. Realizar pesquisas visando a construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado

ao campo do Direito;

XIV. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

XV. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

10.2. São atribuições do Assistente Social:

A) No Juizado Especial Criminal:

I. Assessorar o Magistrado no atendimento às partes, quando solicitado, nas

questões relativas aos fenômenos sociocultural, econômico e familiar;

II. Realizar estudos sobre os elementos componentes da dinâmica familiar, das relações interpessoais e intragrupo, e das condições econômicas das partes para possibilitar a compreensão dos processos interativos detectados nos ambientes em que vivem;

III. Prestar assistência e/ou atendimento humanizado de forma integral a todas as partes envolvidas no procedimento e encaminhar para a Rede de Atendimento (Pública, ONGs, Grupo de Apoio, entre outros), quando necessário, por determinação da autoridade judicial;

IV. Realizar visitas domiciliares e/ou institucionais, quando necessária;

V. Realizar estudos sociais e apresentar parecer técnico, nos casos a ele submetidos, inclusive se houver menores idosos, recomendando ao Juiz o encaminhamento dos autos às instâncias competentes, caso haja necessidade;

VI. Conhecer e relacionar a rede de recursos sociais existentes para encaminhar, orientar indivíduos e grupos a identificar e fazer uso desses recursos no atendimento de seus interesses e objetivos;

VII. Trabalhar assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalhos das atividades;

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VIII. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

B) Nas Varas Cíveis e Criminais:

I. Elaborar estudo social relativo às partes nos processos das Varas de Família, Criminais, Precatórias, Diretoria Administrativa, determinados pelos Juízes e Diretor do Fórum, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;

II. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendido, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e adolescentes;

III. Realizar visitas à residência das partes, bem como às instituições, escolas, vizinhanças, entre outros, quando determinado judicialmente;

IV. Prestar orientação e assistência social às partes;

V. Entrevistar as vítimas e agressores, dando-lhes a necessária assistência;

VI. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

VII. Realizar perícias sociais, quando determinado, e elaborar os respectivos estudos sociais das situações que digam respeito às partes e familiares, relacionados com os processos cíveis e criminais;

VIII. Efetuar averiguações in loco e elaborar relatórios relacionados com os processos cíveis e criminais;

IX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

C) Nas Varas Especializadas da Infância e Juventude:

I. Elaborar estudo social relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência contra a criança e ao adolescente, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;

II. Desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas destinadas ao ofendido, a seu agressor e aos familiares, em especial às crianças e adolescentes;

III. Realizar visitas domiciliares às partes envolvidas para conhecer a realidade sociofamiliar da criança e do adolescente, bem como dos familiares e vizinhos;

e/ou institucionais (centros de ressocialização, penitenciária, centro de recuperação, casa de amparo/retaguarda), sempre que necessário;

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IV. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados para fins de controle estatístico;

V. Colaborar na implantação dos projetos afetos à infância e adolescência;

VI. Efetuar entrevistas para avaliar candidatos à adoção, procedendo ao cadastro das pessoas aptas a adotar;

VII. Manter atualizada a relação de crianças e de adolescentes abrigados, informando

trimestralmente à Comissão Judiciária de Adoção – CEJA/TJ;

VIII. Acompanhar os Oficiais de Justiça na busca e apreensão de crianças;

IX. Acompanhar os casos de colocação em lares substitutos;

X. Orientar os adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas;

XI. Realizar outras atividades correlatas à sua especialidade, por determinação de autoridade judiciária;

XII. Prestar assessoria aos Juízes, especialmente em matéria da Infância e Juventude;

XIII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

XIV. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

XV. Efetuar averiguações in loco e elaborar relatórios correspondentes nos processos relacionados com a infância e com a juventude, por determinação de autoridade judiciária, inclusive em processos relativos ao direito de família e criminais, quando necessário;

XVI. Atender ao público nas questões alusivas à justiça gratuita, a fim de instruir futuros pedidos de registro de nascimento e de óbito tardios, e outros expedientes de caráter social e previdenciário;

XVII. Desenvolver atividades de pesquisa, estudos, planejamento e execução de projetos relacionados com a área de serviço social;

XVIII. Prestar assessoria, por determinação judicial, às instituições que abriguem crianças e adolescentes;

XIX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

D) Das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher:

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I. Elaborar estudo social relativo às vítimas e agressores nos processos de apuração de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de

fornecer subsídios ao Juiz;

II. Desenvolver trabalhos de acolhimento, orientação, prevenção, encaminhamento e outras medidas destinadas à ofendida, a seu agressor e aos familiares;

III. Realizar visitas domiciliares às partes envolvidas, bem como aos familiares e vizinhos, e/ou institucionais (centros de ressocialização, penitenciária, centro de recuperação, casa de amparo/retaguarda), sempre que necessário;

IV. Entrevistar as vítimas, agressores, familiares, vizinhos e/ou testemunhas, dando-lhes a necessária assistência;

V. Prestar assistência social às vítimas de violência e a seus agressores, encaminhando-os para programas sociais, de acordo com a necessidade específica, e acompanhando-os;

VI. Trabalhar em equipe multidisciplinar;

VII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas;

VIII. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

IX. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência e aos filhos, se necessário;

X. Prestar informações em audiência, quando intimado;

XI. Participar de projetos e programas que visem a divulgação das ações preventivas da Lei n.

11.340/2006, "Maria da Penha"; XII. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos

atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

E) Na Central de Penas e Medidas Alternativas - CEPA:

I. Assessorar o magistrado no atendimento às partes, quando solicitado, nas questões relativas

aos fenômenos sociocultural, econômico e familiar;

II. Elaborar estudo social sobre os elementos componentes da dinâmica familiar, das relações

interpessoais e intragrúpicos e das condições econômicas das partes para possibilitar a compreensão dos processos interativos detectados nos ambientes em que vivem;

III. Prestar assistência e/ou atendimento humanizado de forma integral a todas as partes

envolvidas no procedimento e encaminhar para a Rede de Atendimento (Pública, ONGs, Grupo

de Apoio, entre outros), quando necessário, por determinação da autoridade judicial;

IV. Realizar visitas domiciliares ao ofendido e às partes envolvidas, e/ou institucionais, quando

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

necessário;

V. Realizar estudos sociais e apresentar parecer técnico, nos casos a ele submetidos, inclusive se

houver menores e idosos, recomendando ao Juiz o encaminhamento dos autos às instâncias

competentes, caso haja necessidade;

VI. Conhecer e relacionar a rede de recursos sociais existentes para encaminhar, orientar

indivíduos e grupos a identificar e fazer uso destes no atendimento de seus interesses e

objetivos;

VII. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em

conjunto com a equipe multidisciplinar;

VIII. Analisar, identificar, quantificar e qualificar, sempre que possível, os índices e motivos

determinantes que levam à reincidência;

IX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

10.3. São atribuições do Médico:

I. Examinar as mulheres, os adolescentes e as crianças vítimas de violência física e/ou sexual;

II. Elaborar laudo descritivo das lesões e atendimento efetuado, relativo às vítimas nos processos de apuração de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando encaminhados pela autoridade judicial, a fim de fornecer subsídios ao Juiz;

III. Dar continuidade do atendimento a todas as vítimas até sua alta;

IV. Prescrever o tratamento necessário para prevenir os agravos de transmissão sexual e promover a prevenção da gravidez indesejada;

V. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de trabalho das atividades propostas, em conjunto com a equipe multidisciplinar;

VI. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

VIII. Prestar atendimento humanizado, eficiente e personalizado às vítimas de violência;

IX. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle estatístico.

10.4. São atribuições do Enfermeiro

I. Atender as mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência física e/ou sexual;

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II. Controlar e orientar acerca do uso de medicamentos prescritos aos pacientes;

III. Atuar no controle sistemático contra a infecção ambiental de atendimentos às vítimas;

IV. Trabalhar com a equipe multidisciplinar;

V. Prestar assistência, de forma incondicional e integral, a todas as vítimas de violência;

VI. Organizar, manter registro e documentação atinentes aos atendimentos realizados, para fins de controle

estatístico.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O profissional credenciado para atuar nas áreas de Assistência Social, Psicologia,

Enfermagem e Médica será remunerado por abono variável, de cunho puramente indenizatório,

por sua atuação em favor do Estado, sem prejuízo das demais atividades próprias do exercício da

função (averiguações in loco, visitas domiciliares, atendimento ao público, informações verbais

em audiência, entre outros), observando-se o teto equivalente a 80% (oitenta por cento) do

subsídio do cargo efetivo de Analista Judiciário, previsto na Tabela A, Nível 1.

11.2. A prestação dos serviços será aferida através da atividade desempenhada, a qual será

remunerada em conformidade com o grau de complexidade e apresentada em forma unitária

(Informativo, parecer, estudo, Laudo, relatório, etc.); será indenizada na forma do item 11.1 até o

limite ali estabelecido.

11.3. A retribuição pecuniária envolvendo a participação do profissional em cursos, treinamentos

e palestras se dará apenas quando forem organizados pelo Poder Judiciário do Estado de Mato

Grosso, Conselho Nacional de Justiça, ou quando indicado pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado

Especial e Juiz Titular da Vara Judicial.

11.4. A quantificação em valores, acerca do produto oferecido pelo profissional credenciado ao

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, será calculada na forma do ANEXO I, constante no

Provimento n. 61/2020-CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n. 10.878, de

15.12.2020, até o limite estabelecido no item 11.1 deste edital.

11.5. O profissional que se recusar a prestar qualquer serviço indispensável ao regular andamento

do processo ou das demais atividades forenses, ou negligenciar nesse sentido, estará sujeito ao

descredenciamento.

11.6. Somente serão remunerados os atos praticados após o credenciamento dos profissionais.

11.7. Os atos remunerados serão apenas os praticados durante o mês, não se permitindo a

cumulação, quando se tenha ultrapassado o teto máximo. Havendo necessidade devidamente

justificada pelo Juiz Diretor do Foro, do Juizado Especial ou da Vara Judicial, de atuação em

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

processos que demandem grau de urgência devidamente enquadrado nas hipóteses elencadas por

este sodalício e pelo Conselho Nacional de Justiça (Réu Preso, criança e adolescente, idoso, etc.)

poderá o profissional ser indenizado em mês subsequente, caso seu teto indenizatório naquele

respectivo período já tenha sido atingido.

11.8. Até o último dia útil do mês trabalhado, deverá o profissional inserir junto ao Sistema de

Informação correspondente – hoje o Sistema GP Sem – os produtos (Informativo, parecer,

estudo, Laudo, relatório, etc.) realizados para a devida certificação pelo Gestor e pelo Juízo

Diretor do Foro e; até o quinto dia útil do mês subsequente, a nota fiscal, a Guia de Imposto

Sobre Serviços devidamente recolhida, sob pena de descredenciamento, em caso de

intempestividade ou inconsistência, na forma do art. 14, IV do Provimento n. 61/2020-CM.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os profissionais que serão credenciados estarão sujeitos às normativas especificadas pelo

Provimento n.º 61/2020/CM, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n.º 10.878, de

15/12/2020.

12.2. Os credenciados ficam sujeitos à responsabilização civil e penal pelos atos que, nessa

condição, praticarem.

12.3. Os profissionais credenciados são profissionais autônomos, e seu credenciamento não gera

nenhum direito imediato ou futuro de contratação, tão somente o habilita a atender a atividade



profissional de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, cujos pagamentos deverão ser feitos mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, nos termos do § 4º do artigo 20 deste Provimento.

12.3. Os documentos entregues no momento da inscrição não serão devolvidos.

12.4. Este Edital poderá ser impugnado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico, devendo a impugnação ser encaminhada por meio do

Protocolo Administrativo Virtual – PAV, nos termos da Portaria n. 425/2020/PRES, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico – MT n. 10.773, de 13/07/2020.

12.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo.

12.6. Fazem parte deste Edital: Anexo I – requerimento de inscrição; Anexo II – Ficha de

Inscrição; Anexo III - declaração de que tem pleno conhecimento e concorda com as regras

estabelecidas neste Edital e no Provimento nº 61/2020/CM; Anexo IV - declaração de

parentesco; Anexo V – quadro de vagas.

12.7. E para que chegue ao conhecimento de todos, é que foi expedido o presente edital.

Cotriguaçu - MT, 09 de maio de 2022.

ÉRICACRISTINACAMILLOCAMIN

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Juíza Substituta e Diretora do Foro

ANEXO I

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) SUBSTITUTA E DIRETOR (A) DO

FORO DA COMARCA DE COTRIGUAÇU/MT.

(nome do interessado), nacionalidade, portador do CPF

n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliado

_____ vem requerer a sua inscrição para o credenciamento de

_____ (indicar a especialidade

do serviço e unidade jurisdicional onde pretende prestá-lo), juntando, para tanto, os documentos

exigidos no artigo 4º do Provimento 61/2020/CM.

Declaro, outrossim, e sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

_____, ____ de _____ de 2022.

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DADOS PESSOAIS

Nome: Data de Nascimento:

RG: Órgão Expedidor: CPF: Sexo: () F () M

Título de Eleitor: Zona: Seção:

Estado Civil: Profissão: Registro no Conselho Regional:

Nº:

Registro na Previdência Social: PIS/PASEP:

Filiação

Pai:

Mãe:

Endereço Residencial:

e-mail: Telefone Residencial Telefone Comercial

FORMAÇÃO ESCOLAR

Nome da entidade que concluiu o curso superior

Curso Data de Conclusão Cidade UF

ANEXO II

FICHA CADASTRAL

Observação: A ficha cadastral deverá acompanhar o Requerimento de Inscrição.

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III

DECLARAÇÃO

_____ (nome do interessado), nacionalidade, portador do CPF n.º _____ e RG n.º _____, declaro que tomei conhecimento do inteiro teor do Edital n.º 21/2022/DF e do Provimento n.º 61/2020/CM, relativo ao processo de habilitação destinado ao credenciamento de profissionais na área de Psicologia, Serviço Social, Enfermagem e Médica para prestação de serviços no Fórum da Vara/Comarca de Cotriguaçu/MT e que concordo com as regras estabelecidas e que são verdadeiras todas as informações por mim fornecidas. _____, ____ de _____ de 2022.

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin
Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NOME DO(A) CANDIDATO(A) :

CPF: RG: CÔNJUGE:

PAI: MÃE:

COMARCA A SER CREDENCIADO(A):

Nome do Parente Cargo Relação de

Parentesco Setor

DATA ASSINATURA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

Possui Cônjuge, Companheiro, ou Parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o

terceiro grau, inclusive, com Magistrados ou Servidores que ocupam cargos de Direção,

Chefia ou Assessoramento no Poder Judiciário?

() SIM () NÃO

Por ser a expressão fiel da verdade, sob pena de responsabilidade Penal, Civil e Administrativa,

em cumprimento a Súmula Vinculante nº 13 do supremo tribunal federal, Resolução nº

07/2005, do conselho nacional de justiça, seus Enunciados Administrativos, firmo a presente

declaração.

Documento assinado digitalmente por: Erika Cristina Camilo Camin

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse <https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento> e utilize o código 810F0282

ESTADODE MATOGROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE VAGAS

ASSITENTE SOCIAL 01

PSICOLOGO(A) CADASTRO DE RESEVA

ANEXO V

QUADRO DE VAGAS

COMARCA DE COTRIGUAÇU - MT

Comarca de Feliz Natal

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 17/2022-DFFN

O Doutor RODRIGO ALFONSO CAMPESTRINI, Meritíssimo Juiz de Direito Substituto e Diretor do foro da Comarca de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO que, fora autorizado o Juiz Diretor do Foro, delegar para que o Gestor assine eletronicamente notas fiscais e relatórios para pagamentos dos credenciados encaminhando-os ao FUNAJURIS, qual seja até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à prestação de serviço;

CONSIDERANDO a portaria TJMT/PRES N. 431/2022, que designa o magistrado para esta jurisdicionar esta comarca.

R E S O L V E:

Art. 1º - AUTORIZAR o Gestor Administrativo III, sr. Jeberson Teles de Abreu, matrícula 36762, juntamente com a Gestora Geral, Mailza Ramos de Araújo, mat. 7693, a assinar digitalmente as Notas Fiscais dos credenciados no Sistema GPsem, devendo uma cópia da presente Portaria ser anexada no portal do GPSEM, revogando-se às disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

Feliz Natal; 09 de maio de 2022.

(assinatura Digital)

RODRIGO ALFONSO CAMPESTRINI

Juiz de Direito Substituto/Diretor do Foro